
1922, o Brasil faz 100 anos: a herança portuguesa em questão

Autor(es): Motta, Marly

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/35876>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0862-4_9

Accessed : 31-Dec-2020 16:21:38

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO
ANGELA DE CASTRO GOMES
COORDENAÇÃO

1922, o Brasil faz 100 anos: a herança portuguesa em questão¹

Marly Motta

Para inventar uma nação, temos que mergulhar no passado; e mergulhando no passado, seremos cada vez mais modernos e mais antigos (Trillo, 2009:539).

EM RECENTE ENTREVISTA, O HISTORIADOR MAURICIO TENORIO TRILLO ressalta, como um dos efeitos da preparação das comemorações do bicentenário das independências das colônias hispano-americanas, uma profunda renovação da historiografia sobre esses processos de independência. Guardadas as especificidades próprias a cada conjunto de eventos históricos, a celebração do centenário da proclamação da Primeira República portuguesa (1910-26) igualmente vem mobilizando corações e mentes de cientistas sociais e historiadores com vistas à (re)visão desse passado, do que, aliás, esse seminário² parece ser um exemplo eloquente.

O objetivo desse texto é refletir sobre a comemoração do centenário da independência do Brasil em 1922, que mobilizou a intelectualidade dos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Em desacordo sobre os reais motivos do descompasso do país com a “modernidade” do pós-guerra, divergindo em torno dos caminhos que deveriam conduzir até ela, a

¹ Este texto se inspirou em minha dissertação de mestrado, defendida em 1991, e publicada em *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

² Seminário *A experiência da Primeira República: Portugal e Brasil*, promovido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Ceis20) da Universidade de Coimbra e pelo CPDOC-FGV, e realizado entre 5 e 7 de maio de 2010 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

“geração de 1922” convergia, no entanto, na compreensão de que o centenário seria o momento-chave em que tais questões deveriam ser discutidas. Favorecendo a articulação de presente/passado/futuro, propiciando a construção de diferentes modelos para a criação de uma “nova” nação, o centenário envolveu os intelectuais na tarefa sempre renovada de (re)criar a nação, (re)traçar a identidade nacional e, mais que tudo, construir um Brasil moderno.

Para atingir o objetivo acima, tomarei como objeto de análise o lugar que a *questão das origens* ocupou nesse processo de balanço das realizações do país, às vésperas de completar 100 anos de vida independente. Trata-se, portanto, de pôr em cena o *significado da herança portuguesa* no momento em que se recolocava de forma especialmente urgente o dilema da salvação nacional.

Objeto de um movimento de renovação historiográfica, a década de 1920 saiu da incômoda posição de ter de “explicar” por que a Revolução de 1930 havia ocorrido. Iluminada por questões próprias, a inquietação daqueles anos exerceu uma forte sedução sobre a intelectualidade de um país sempre às voltas com o dilema de estar entre a catástrofe iminente e a esperança de algo novo. O resultado foi uma renovação dos temas estudados, para além daqueles tradicionais, como a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna, a irrupção do movimento tenentista, cujo lugar na memória e na historiografia nacionais foi cuidadosamente construído ao longo do tempo.

Um desses novos temas foi a comemoração do centenário da independência do Brasil, em 1922, até então citada de forma passageira em enciclopédias e antigos livros didáticos. Tal omissão pode ser explicada, sem dúvida, pela suspeição que essas comemorações coletivas despertavam na comunidade de historiadores, já que, ao encarnar o “artificialismo e o elitismo da ideologia dominante”, poderiam interessar, se tanto, à “história oficial”. O estudo de Mona Ozouf sobre as festas da Revolução Francesa, publicado em 1976, pode ser considerado um importante passo para a quebra de tais preconceitos. Destacando o caráter institucional do evento comemorativo, pela massa de relatórios, discursos, projetos e propostas que lhe foram dedicados, a historiadora francesa enfatiza, sobretudo, o aspecto pedagógico da comemoração, chamada a tornar-se a “professora da nação”.

Falar de nação significa mexer com camadas profundas da mentalidade dos povos, que têm nessa criação moderna um símbolo fundamental de identificação coletiva. Concebida pelo nacionalismo e relacionada ao Estado territorial moderno, não vemos a nação como uma entidade abstrata, independente da ação humana. A naturalização das nações inscreve-se na montagem de uma comunidade modernamente inventada, que, na verdade, se concretiza em símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social. Estamos-nos referindo aqui à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidade que implica tanto o acentuar dos traços de semelhança e homogeneidade quanto uma diferenciação em relação ao outro.³

Condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória coletiva reforça as fronteiras socioculturais e se torna, pois, um ingrediente básico da identidade nacional.⁴ A constituição dessa memória comum no delicado processo de construção das nações tem sido estudada por uma corrente historiográfica, que destaca o esforço dos movimentos nacionalistas do século XIX em construir uma continuidade histórica — as “origens” da nação —, e em criar novos símbolos de identidade e lealdade para os agora “cidadãos nacionais”.⁵ Coube a Pierre Nora, no início da década de 1980, chamar a atenção para o fato de que a aceleração do tempo nas sociedades industriais havia criado a necessidade de serem demarcados os lugares onde a memória nacional efetivamente se fixou — os *lieux de mémoire*, como ele designou (Nora, 1984: v. 1). Datas e festas nacionais, hinos e bandeiras, monumentos e arquivos passaram a ser, a partir de então, objetos de estudos que visavam a entender os meandros por onde passaram os diferentes processos de construção da identidade nacional.

³ Sobre nação e nacionalismo, ver, entre outros, Anderson (1979); Recalde (1991). Da historiografia brasileira sobre o tema, destacaria: Oliveira (1990); Skidmore (1976); Cruz Costa (1967); Ortiz (1986). Gostaria ainda de citar as revistas *Estudos Históricos*, n. 2 (1988), e *Tempo Brasileiro*, n. 87 (1986), especialmente dedicadas à discussão da identidade nacional no Brasil.

⁴ Ver, entre outros, Catroga (2001).

⁵ Ver, entre outros, Hobsbawm e Ranger (1984); Carvalho (1990); Ferreira Neto (1986:79-103); Guimarães (1988:5-27).

O 7 de Setembro como lugar de memória da nação republicana

E para os que quiserem ver na independência alcançada em 1822 a palavra suprema de nossos anseios, apontaremos o 7 de abril de 1831, em que banimos o nosso primeiro imperador.

O texto acima foi retirado da Mensagem encaminhada pelo primeiro presidente da República brasileira, marechal Deodoro da Fonseca, por ocasião da abertura do Congresso Constituinte (1890). Nele fica evidente a preocupação em desligar a construção da nação republicana das “raízes” monárquicas presentes no processo de independência comandado por d. Pedro I, o imperador “português”.⁶

Estudos sobre a construção do *14-juillet* como a data nacional francesa destacam a diversidade das representações políticas que a comemoração suscitou, bem como a violência das polêmicas levantadas pela celebração da queda da Bastilha. No entanto, os dirigentes da Terceira República francesa sabiam o que pretendiam quando evocavam o espírito de 1789, pois a imagem ecumênica dos demolidores da Bastilha, onde se confraternizaram burgueses, camponeses e soldados, construía um ideal de grande valor para a sociedade francesa da época. Não há como negar a eficácia fundadora do *14-juillet*, ao apagar as marcas da dura disputa pela memória nacional, e já no Centenário de 1889, devidamente celebrado por uma grande Exposição Internacional, ser entronizado como lugar de memória da nação francesa.⁷

No Brasil, o esforço do regime republicano para garantir sua legitimidade esbarrava na tradição imperial de comemorar o 7 de Setembro como festa maior da nacionalidade, marco da conquista da liberdade, indelevelmente associado à dinastia de Bragança. A construção de uma nação republicana exigia, pois, a invenção de novas tradições, marcando um espaço simbólico nacional-

⁶ O 7 de Setembro de 1822 está associado ao brado então proferido pelo príncipe dom Pedro, às margens do rio Ipiranga — “Independência ou morte!” —, que teria significado o rompimento dos laços da colônia com a metrópole portuguesa. Já o 7 de Abril de 1831 foi a data em que o imperador Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho e herdeiro, o príncipe dom Pedro, nascido no Brasil, e na época com apenas cinco anos de idade. Coroado em dezembro de 1840, com apenas 14 anos, dom Pedro II reinou até 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República brasileira.

⁷ Sobre a construção e consolidação da queda da Bastilha como data nacional francesa, ver Amalvi (1984) e Ory (1984).

-republicano. No panteão dos “heróis da independência”, Tiradentes, o mártir que lutou contra o jugo do colonizador português no final do século XVIII, deveria tomar o lugar de Pedro, o filho de dom João VI. No calendário cívico, o “banimento” do primeiro imperador, em abril de 1831, abafaria o grito do Ipiranga de setembro de 1822.

Sabemos bem que, longe de ser uma mera disputa envolvendo nomes e datas, o confronto entre essas memórias específicas punha em cena as posições dos diversos grupos na recém-proclamada República. Em torno do 7 de Setembro — da sua rejeição como “data comemorativa da Monarquia”, ou da sua aceitação como símbolo da “conquista da independência sem violência” — giravam republicanos e monarquistas, cada qual construindo sua versão do passado. Nesse sentido, é interessante observar que, ainda no final do Império, verifica-se um processo de qualificação do 7 de Setembro como data comemorativa de apenas um segmento da nação, o da população branca. A negra teria como referência de identidade o 13 de Maio.⁸

As comemorações do primeiro aniversário da República em 1890 trouxeram à baila, como seria de esperar, a disputa entre as duas datas magnas: o *7 de Setembro*, eternizado na pintura de Pedro Américo; ou o *15 de Novembro*, tal como representado por Benedito Calisto. Mais uma vez, em discurso proferido naquela ocasião, o presidente Deodoro, ao afirmar que a “demolição de três séculos” se iniciara havia apenas um ano, insistia que o 15 de Novembro era o marco inaugural da “verdadeira nacionalidade”, dia de se “comemorar a pátria brasileira”.

O trabalho de invenção de uma tradição republicana visava a suprir o vácuo deixado pela negação do passado monárquico que, no caso do Brasil, se colava ao colonizador português. Livrar-se desse passado significava, pois, se libertar, ao mesmo tempo, da tradição monárquica e colonial. Esse é o sentido da matéria da *Gazeta de Notícias* que, publicada no dia 7 de setembro de 1891, registrava o “falseamento hipócrita e indecoroso das convicções democráticas com a insinuação de uma tal data [7 de setembro] nos dias festivos do calendário da República”. A celebração republicana deveria ser feita em outro dia 7, o de abril, quando havia se operado no país a “mais honrosa convulsão”. A

⁸ *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 516, dez. 1888.

memória de 1831 procurava tornar a República o único ideal verdadeiro da nação inteira.

O tenso relacionamento diplomático com Portugal por ocasião do governo Floriano Peixoto, resultado do envolvimento português no episódio da revolta da Armada, acirrou os conflitos da memória. Em 21 de abril de 1893, quando se comemorava o “martírio de Tiradentes”, membros do Clube Tiradentes cobriram com tapumes a estátua de dom Pedro I, chamada por eles de a “mentira de bronze”. Essa atitude acabou gerando um conflito aberto entre monarquistas e republicanos, dissolvido pela polícia. O prefeito do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), o florianista convicto Barata Ribeiro, pôs um ponto final na discussão, argumentando, em favor da manutenção da estátua do imperador, que “um povo sem tradição é um povo sem história e, portanto, sem valor moral” (apud Ferreira Neto, 1989:91). Dom Pedro I acabou ficando onde estava, mas obrigado a dividir o espaço com seu rival na praça que recebeu o nome de Tiradentes.

Essa coabitação, aparentemente irreconciliável, entre Tiradentes e o neto da rainha que o havia mandado enforcar, apontava para a possibilidade de incorporação de determinadas comemorações monarquistas no calendário cívico republicano. O 7 de Setembro parece ser um bom exemplo dessa conciliação. Apesar do tom de lamento, o comentário de Rodrigo Otávio permite entender alguns elementos favoráveis à manutenção do grito do Ipiranga como a data magna do país:

Era bem acentuado o espírito do movimento separatista, e a república teria sido uma realidade se a ingênua generosidade desse povo não houvesse acalentado com promessas vãs de completa *liberdade sem lutas*, e não se houvesse espavorido com a ameaça infundada das cenas de 89 e do Terror, e, sobretudo, com o *receio vão de ver fragmentado* em vários estados fracos, esse enorme corpo que constituía o Brasil.⁹

Apesar de fiel ao espírito republicano, 1831 havia sido marcado por movimentos de rua, especialmente na capital do Império, envolvendo praças e militares de baixa patente.¹⁰ A desordem espreitava o 7 de Abril, e seria uma

⁹ Rodrigo Otávio L. Menezes publicou o livro *Festas nacionais* em 1893. A citação está em Oliveira, 1989:182-183 (grifos nossos).

¹⁰ Para uma revisão sobre o Primeiro Reinado e o 7 de Abril de 1831, ver Sabina (2009).

operação complicada transformá-lo em data maior de uma República que possuía “Ordem e Progresso” como lema na bandeira. Composto por políticos influentes, jornalistas e intelectuais de peso, o grupo dos monarquistas se empenhou em construir uma versão do passado que contemplava as vantagens da independência com dom Pedro e do regime imperial, em especial na direção de uma “liberdade sem lutas” e sem risco de “ver fragmentado em vários estados fracos esse enorme corpo que constituía o Brasil”. Pode-se atribuir à competência e à longevidade desses intelectuais a supremacia de uma leitura monárquica da história brasileira, principalmente no que tange ao papel do Império como garantidor da ordem e da unidade nacional; e o 7 de Setembro era o marco mais visível dessa ordem e dessa unidade. Até mesmo o jornal republicano *O Paiz*, em sua edição de 7 de Setembro de 1890, não se furtou em reconhecer que

[...] quaisquer que sejam as críticas históricas do feito do Ipiranga, a Nação brasileira não esquecerá nunca que [...] o príncipe [...] esqueceu os sentimentos de subordinação e de dever ao seu pai e ao seu Rei para proclamar a Independência política do povo, cujos destinos dirigia. *A Revolução de 7 de setembro formou assim uma nova mentalidade americana...*¹¹

Vitoriosa a comemoração do grito do Ipiranga — quer pela necessidade de conciliação, pela inviabilidade de outras opções, ou ainda pela maior habilidade dos monarquistas em impor seu passado —, a saída republicana foi moldá-la aos novos tempos. Era preciso identificar o que podia ser lembrado e o que devia ser esquecido. Enquanto dom Pedro I foi execrado como um “estroina”, irresponsável e oportunista, José Bonifácio¹² foi devidamente resgatado e guindado a uma posição preponderante. Cientista, brasileiro, favorável ao fim da escravidão, amante da ordem, o denominado “Patriarca da Independência”

¹¹ Apud Ferreira Neto, 1986:74 (grifo nosso).

¹² José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em 1763, na cidade de Santos, e fez seus estudos em Coimbra, para onde partiu com 20 anos, permanecendo em Portugal até 1819. Entre outros cargos, foi professor da cadeira de metalurgia da Universidade de Coimbra; diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda, intendente-geral das Minas e Metais do Reino. Voltando ao Brasil, teve um papel importante no desenrolar dos acontecimentos que resultaram na independência da ex-colônia portuguesa, e se tornou ministro de dom Pedro, com quem rompeu em 1823, vindo a ser deportado do Brasil. Faleceu em 1838. Cf. Costa (1979).

poderia representar a síntese das correntes que construíram a nação brasileira. Sacrificara a República, é certo, mas em prol da estabilidade e mesmo da existência da pátria. O 15 de novembro seria, nessa interpretação, o coroamento de seus esforços.

A comemoração do 7 de Setembro se caracterizaria, a partir de 1895, por paradas militares, em uma clara intenção de aproximá-la da República e de romper a identificação entre independência e monarquia. Festejado pelos monarquistas como o símbolo mais evidente da liberdade da pátria, devidamente enquadrado em uma moldura republicana, o grito do Ipiranga preparava-se para comemorar seu centenário.

O centenário está chegando!

Que momento poderia ser mais adequado do que este em que festejamos o centenário da nossa independência política?

A pergunta feita por Francisco Pontes de Miranda, jurista de renome e atuante intelectual, soou como uma convocação para toda uma *minorité agissante* (Hobsbawm, 1991:21) que enfrentava o desafio de construir um novo Brasil. Esse processo vinha afinado com os ditames dos novos tempos do pós-guerra, e embebido da certeza de que aquela não era a República que se sonhava. Mario de Andrade, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Tristão de Atáide, Lima Barreto, Vicente Licínio Cardoso, entre outros, dedicaram-se de corpo e alma a estudar o país. Tais estudos, pautados por um frenesi de reinterpretar o passado, diagnosticar o presente e projetar o futuro, respondiam à percepção, cada vez mais crescente, de que o Brasil tinha território, mas não se constituía ainda como nação.¹³ Amantes do campo ou da cidade, esses intelectuais advogavam o monopólio do entendimento do país; industrialistas ou ruralistas, julgavam ser os porta-vozes exclusivos do século XX; conserva-

¹³ Em 1915, na conferência “A unidade da pátria”, Afonso Arinos de Melo Franco clamou pela urgência de “criar a nação”. Semelhante preocupação marca o editorial do primeiro número da *Revista do Brasil* (jan. 1916): “Ainda não somos uma nação que se conheça...”.

dores ou vanguardistas, acreditavam encarnar o espírito da nacionalidade.¹⁴ “Por mais que tapem os ouvidos [...] hão de ouvir o nosso zabumba [...]. Acordem, homens. O centenário está chegando!”¹⁵

Alvo de uma intensa “vigilância comemorativa”,¹⁶ a preocupação com as comemorações do centenário da independência do Brasil em 1922 invadiu os órgãos da imprensa. Desde aqueles mais comprometidos com a fé nacionalista, como a *Revista do Brasil*, que desde o seu primeiro número, em janeiro de 1916, pregava a necessidade de se comemorar “esse primeiro marco glorioso da existência nacional”, até revistas de variedades, que tocavam o “zabumba” para “acordar os homens” e lembrá-los da importância de comemorar “a grande data”.

Nem é preciso dizer que toda a disputa em torno da consolidação do 7 de Setembro foi apagada da memória nacional, e a vitória do grito do Ipiranga sobre outros eventos concorrentes fica evidenciada na matéria do jornal *Correio da Manhã* em que se declarava em alto e bom som: “Em 1822, foi criado o próprio povo brasileiro”.¹⁷ Também fica claro que a imprensa foi o veículo privilegiado de divulgação das ideias em confronto. Ensaios, artigos, crônicas, charges e caricaturas constituem um vasto manancial de análise para se entender o universo de questões colocadas para a nação centenária.

No entanto, ao contrário do que poderia se pensar, a comemoração de 1822 não significava, mecanicamente, uma avaliação positiva da herança portuguesa na formação do Brasil. Diferente da maioria das regiões da América submetidas à dominação colonial, onde o mito fundador da nação livre se ancora no rompimento efetivo com a antiga metrópole, no Brasil há uma importante corrente historiográfica que analisa a independência conquistada em 1822 como resultado de um processo anterior de “interiorização da metrópole” (Dias, 1972). Afinal, o que se devia comemorar em 7 de Setembro de 1922? Os benefícios de uma colonização que resultou na constituição de uma nação que manteve sua unidade territorial? Ou uma herança de parasitismo e atraso de que o Brasil precisaria se livrar em seu rumo a uma República moderna?

¹⁴ Sobre as correntes de pensamento do início dos anos 1920, ver, além dos já citados, Moraes (1978); Romano (1981).

¹⁵ OS ÁRBITROS de cartola e os de pé. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 737, 5 ago. 1922.

¹⁶ O termo foi retirado de Nora (1984).

¹⁷ Costa Rego, O Centenário, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5/6/1920.

A herança portuguesa em questão

Consagrado no bronze e nas páginas da história,
[dom Pedro] não passou de um mero oportunista
[que] refreou o quanto pôde as arrancadas inde-
pendentistas.¹⁸

Já vimos que foram em vão os esforços da República em construir uma nova data magna em substituição ao 7 de Setembro. Modificado na maneira como era celebrado, o grito do Ipiranga conseguiu se manter no calendário cívico republicano como o momento fundador do Brasil independente. Isso se deveu, em alguma medida, aos estudos que, logo após a independência, visaram a explicar e a justificar a separação de Portugal. Neles, o 7 de Setembro e a aclamação de dom Pedro aparecem como marcos fundadores do Império do Brasil. Coube a Francisco Adolfo Varnhagen, cuja obra inaugurou certa tradição de escrita da história do Brasil, enfatizar a continuidade entre o passado colonial e o novo projeto nacional, chamando atenção para o caráter civilizatório que a colonização portuguesa havia representado para a jovem nação tropical.¹⁹ Essa avaliação positiva da herança portuguesa seria, no entanto, questionada a partir de 1860, quando foi tomando corpo um movimento no meio letrado e político que via na ruptura com o legado do colonizador as condições de afirmação do “Brasil dos brasileiros” (Neves, 2009).

Seria de se esperar que esse movimento de reavaliação das várias versões sobre o papel do passado colonial na formação brasileira se acirrasse por ocasião da comemoração do centenário da independência. No momento em que a palavra de ordem era “descobrir” o Brasil, para, a partir daí, redefinir sua República e inseri-la no mundo moderno, a tarefa primeira seria uma análise de suas “raízes” coloniais, e da “dívida” que, porventura, a nação teria para com dom Pedro I. Não por acaso, seria em torno desse debate sobre o “peso do passado” que se colocariam em cena os impasses da Primeira República brasileira e, sobretudo, as apostas para seu futuro.

¹⁸ DOM Pedro português. *Correio da Manhã*, 18 ago. 1920.

¹⁹ *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, de F.A. Varnhagen, foi lançada em dois volumes, em 1854 e 1857.

O discurso antilusitano tinha fortes raízes na tradição política republicana, representada sobretudo pelo movimento jacobino nos primeiros anos da República, em especial durante o governo do marechal Floriano Peixoto (1891-94) (Queiroz, 1986). Estudos como o de Gladys Ribeiro (1990) mostram como, naquele momento, a disputa entre “cabras” e “pés de chumbo” foi decisiva para o estabelecimento de um universo específico de relações sociais e étnicas na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.

No momento em que a nação era forçada a avaliar o passado e, ao mesmo tempo, considerando-se a marcante presença dos portugueses na vida econômica da capital federal, especialmente nos setores do comércio e do aluguel de moradia, o que os colocava em situação de constante atrito com amplos segmentos da população carioca, seria previsível o recrudescimento de um forte sentimento antilusitano por ocasião da comemoração do centenário da independência. Ainda mais se for levado em conta o rápido aumento de preços dos alimentos e das moradias que marcou o início da década de 1920. Por isso mesmo, eram comuns as matérias de jornais e revistas alertando que se o governo quisesse levar mesmo a sério a comemoração do centenário não deveria deixar “a roubalheira esmagar o povo, desde o vendeiro sujo que vendia batata, até o bigodudo proprietário que alugava os cômodos”.²⁰

Um combate mais organizado e sistemático contra a “dominação portuguesa” veio por meio da criação de duas revistas — *Bazília*, fundada em 1917; e *Gil Blas*, em 1919 —, que se completou com a organização da *Propaganda Nativista* e da *Ação Social Nacionalista*. O elemento mobilizador desse jacobinismo revivido era a percepção do controle que os portugueses exerceriam sobre a imprensa, por meio da matéria paga, dos anúncios e da publicidade, chegando mesmo a influenciar os círculos políticos próximos ao poder.

As críticas mais ferozes ao processo de colonização residiam, no entanto, nas “raízes” culturais aqui deixadas pelo elemento português, “retrógrado e atrasado”, e que seriam as origens das dificuldades do país em se inserir no mundo moderno. É digno de nota o fato de que essa avaliação do “atraso” brasileiro como resultado do legado cultural português uniu intelectuais de diferentes matizes e correntes de pensamento. A missão de tornar a República “brasileira”, mesmo que com “100 anos de atraso”, compreendia, por exemplo,

²⁰ *Careta*, Rio de Janeiro, n. 663, 5/3/1921.

afastar das letras a influência portuguesa e romper com as formas tradicionais de expressão na gramática herdada dos descobridores. Mesmo separados por visões diferentes do que deveria ser a nação centenária, o modernista Mário de Andrade, assim como os nacionalistas jacobinos, apostavam na tentativa de sistematizar a fala brasileira em uma língua própria, e de tornar válida a dicção nacional (Brito, 1971).

No entanto, tanto quanto o passado remoto, o que clamava igualmente por uma urgente avaliação era o passado recente, corporificado no regime republicano instalado no país há pouco mais de três décadas. Uma pergunta andava nas cabeças e nas bocas: que República é essa?

Que República é essa?

Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E logo se levantou um sussurro de desapontamento [...] e esse desapontamento se acentuou com o tempo, numa permanente desilusão [...]. *Não era esta a República dos meus sonhos!* (Vianna, 1924:141-142, grifo no original)

1922 era ano de eleição presidencial. O caráter peculiar dessa campanha eleitoral não se limitou ao confronto entre os grandes estados (Minas Gerais e São Paulo) e os estados intermediários (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul). A estratégia de mobilização do eleitorado então efetuada pela oposição marcou um procedimento pouco usual entre as práticas políticas do país. A arregimentação da opinião pública seria um trunfo dos oposicionistas para enfrentar o pesado arsenal da candidatura governista do mineiro Artur Bernardes. Parodiando José Murilo de Carvalho, pode-se dizer que 1922 teve eleições em tempo de cólera. O clima de agitação que marcou todo o primeiro semestre culminou, no dia 5 de julho, com a revolta do Forte de Copacabana, batismo de fogo do tenentismo.

A busca da saída para essa crise do chamado “pacto republicano” norteou-se por um padrão dicotômico de compreensão da formação histórica e social do país, em que, mais uma vez, a avaliação do legado português foi posta em

cena. De um lado, aqueles que buscavam a “verdadeira” República; de outro, os que sentiam nostalgia do “antigo regime imperial”.

Herdeira do florianismo jacobino, a *Propaganda Nativista* de Álvaro Bomilcar, já citada anteriormente, defendia a República como a única solução para a “causa do povo”. Contaminada pelos “vícios de origem”, ou seja, a colonização portuguesa e o regime imperial, a República deveria ser “purificada”, retomando suas “verdadeiras” referências, Tiradentes e Floriano Peixoto.²¹ A construção de um republicanismo “íntegro e puro” dependia, portanto, da recuperação de figuras que, no passado, se empenharam em expulsar o elemento colonizador da vida nacional. Essa seria a comemoração de fato do centenário da independência!

Forçando uma reflexão sobre o passado, o Centenário desencadeou o desejo de busca do tempo perdido, provocou a sensação de que se perdera uma “idade de ouro”²² que era preciso restaurar. Se alguns desses “tempos de antes” foram efetivamente vividos, como o florianismo, outros foram evocados por meio de um modelo exemplar, como foi o caso do Império.

O segundo semestre de 1920 foi marcado por um intenso debate em torno da revogação do decreto de banimento da família imperial, o que possibilitaria a volta à terra dos despojos dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina, bem como de seus familiares vivos, como a princesa Isabel e o conde D’Eu, exilados na França.²³ Nesse mesmo período, o Brasil iria receber a visita dos reis belgas.

Em torno da bandeira do fim do banimento foi montado um discurso de tom nostálgico em relação ao “antigo regime”. Ao contrário dos “subversivos” que, nos primeiros anos de implantação do regime republicano, realizaram efetivos esforços para a volta da monarquia, aqueles que agora exaltavam o Império jamais explicitaram a possibilidade de retorno do regime. O que não evitou a ferina observação da irreverente *Careta*: “Então não há mais receio de que os vivos sejam cada vez mais governados pelos mortos?”²⁴

²¹ *Atas da Instalação da Propaganda Nativista*, 21 abr. 1919.

²² Usamos o termo tal como proposto por Girardet (1987).

²³ Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, a família imperial foi obrigada a deixar o país dois dias depois, e seguiu em exílio para a Europa. No dia 21 de dezembro, foi expedido decreto que bania a família imperial do Brasil. Ver Fagundes (2010).

²⁴ *Careta*, Rio de Janeiro, n. 631, 24 jul. 1920.

Com a finalidade expressa de “salvar” a República, vários intelectuais que naquele momento procederam a uma revisão do papel do Império na história brasileira projetaram nele qualidades que procuravam no regime que o substituiria.²⁵ As principais qualidades, é fácil prever, se relacionavam com a manutenção da ordem e da paz internas que prevaleceu ao longo do Império. Nas palavras de Carneiro Leão (1924), “uma tal organização econômica e social, apesar de suas injustiças, mantinha um certo *equilíbrio* na vida do país, dando um aspecto de *estabilidade* [...]”. Equilíbrio e estabilidade, tranquilidade e ordem, sob essa bandeira o Império teria conseguido desenvolver o país, e lhe dar anos seguidos de uma “paz imponente”.

Era preciso, no entanto, dar uma face a esse regime restaurado pela memória, que passasse, como observou Gilberto Amado, uma “impressão de respeito por esses homens, graves, honestos, movendo-se em uma atmosfera elevada em torno de um *príncipe* [dom Pedro II], que me aparece como um milagre da espécie humana”. O “milagre” pode ser lido em uma dupla nota: como Pedro II conseguiu ser o que foi sendo filho de Pedro I, “cujos costumes, cuja moral, nós conhecemos”? Como o Brasil, “no meio do caos e da desordem das repúblicas sul-americanas, [foi] uma imponente ordem”? (Amado, 1924)

Por ocasião da visita dos reis da Bélgica, em setembro de 1920, foi finalmente determinado o fim do banimento da família imperial, e permitida a volta da Princesa Isabel — que morreu ainda em Paris —, de seu marido e filhos. A questão agora passava a ser a recepção dos restos mortais, realizada em janeiro de 1921. A grande mobilização em torno do evento é um sinal evidente de que ele mexia, sim, com camadas do passado, mas sobretudo projetava uma “sombra” sobre o presente republicano. Para os florianistas, era o toque de reunir para a organização de romarias cívicas aos túmulos de Floriano Peixoto e Benjamin Constant; para os nostálgicos do regime imperial, o “espectro acusador” de Pedro II deveria servir de lembrança do “último governo honesto que teve o Brasil”.²⁶

Republicanizar a República é a palavra de ordem que comanda a comemoração do centenário da independência do Brasil em 1922. Por isso mesmo, a operação de montagem do panteão das grandes figuras que marcaram a história

²⁵ Como exemplo dessa revisão, ver a obra conjunta organizada por Cardoso (1924).

²⁶ Ver *Careta*, Rio de Janeiro, n. 649, 27 nov. 1920; *Careta*, Rio de Janeiro, n. 656, 15 jan. 1921.

desses 100 anos era muito delicada. Ficou o 7 de Setembro; mas sem dom Pedro I, muito mais identificado com o processo colonial do que com a independência. E foram poucos os intelectuais que avaliaram positivamente os três séculos de vida da América Portuguesa. Oliveira Vianna, por exemplo, responsabilizou a colonização portuguesa pela força dos clãs e pela falta de solidariedade que marcava o fracasso da experiência republicana no Brasil (Wehling, 1993).

No panteão, despontou com força a figura de José Bonifácio, já bem construída por ocasião da implantação da República. O processo que esvaziou de significado o papel de dom Pedro sedimentou a invenção de Bonifácio como o verdadeiro mentor do 7 de Setembro, o “Patriarca da Independência”. Mescla de liberal e conservador, representante único de uma tendência que buscava implantar uma política calcada em “leis científicas”, Bonifácio possuiria uma visão coerente dos objetivos nacionais de longo prazo. Defensor da ordem e da centralização, na direção oposta ao “idealismo liberal” que acabara vingando na Constituição republicana de 1891, a figura do “patriarca” agradava àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país. Se dom Pedro era a “mentira de bronze”, o paulista Bonifácio havia sabido “conciliar a ordem com a liberdade, preservando [o país] das agitações e das lutas que ensanguentaram as repúblicas vizinhas”.²⁷

Pode-se assim relacionar a invenção de Bonifácio, como avalista de um regime baseado na lei e na ordem, às propostas que viam a necessidade de imposição, no Brasil centenário, da tutela de uma “elite enérgica”, nos moldes da “ditadura mental que Bonifácio quis exercer” (Amado, 1924:75-76). Brasileiro de nascimento, mas formado em Coimbra na virada para o século XIX, à sombra do chamado iluminismo português, o “patriarca” possuía um cardápio restrito de opções para o país em formação, cuja “amalgamação em um corpo sólido e político” seria muito difícil, em virtude da “liga de tanto material heterogêneo como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios” (Costa, 1979).

Companheiro de Bonifácio no panteão do centenário, o brasileiro dom Pedro II pertencia à dinastia de Bragança, mas havia sido bem-sucedido onde seu pai falhara. E as “falhas” de Pedro I, de certa maneira, representavam o ponto mais forte das críticas à herança portuguesa: ignorância, impulsividade,

²⁷ *Revista do IHGB* comemorativa do Centenário da independência, citada em Costa (1979:99).

indisciplina, falta de austeridade, um “estroina”, enfim. Na outra ponta das críticas ao “idealismo liberal” da Primeira República estava o papel preeminente do imperador como elemento articulador de um Estado forte e centralizado. Se “a figura solene e boníssima” de Pedro II foi importante para alçá-lo ao panteão nacional, fundamental mesmo foi o fato de ele poder representar o anseio em direção ao fortalecimento do poder público central.

A decepção com o regime republicano, que, ao contrário do que era esperado, não havia resolvido mecanicamente os desequilíbrios da sociedade brasileira, estimulou a elaboração de vereditos capazes de garantir a salvação nacional. Se antes de 1922 já se punha o dedo nas feridas que se espalhavam pelo corpo da nação, foi na perspectiva de comemorar os 100 anos de independência que se produziram novas e variadas explicações do Brasil. A própria dinâmica da celebração — o balanço obrigatório dos feitos do passado, a avaliação do presente de realizações frustradas, a perspectiva de um futuro incerto — estimulou a produção acelerada de interpretações diferenciadas sobre o peso do passado colonial e imperial, mas sobretudo sobre os impasses da República que estava longe de ser a dos sonhos.

A produção intelectual da chamada “geração de 1922”, comprometida com a tarefa de reinventar o passado para construir o presente e o futuro, resultou na configuração de um imaginário nacional, povoado de novas e renovadas tradições, que teve uma insuspeitada permanência na mentalidade coletiva. As interpretações que deram para o Brasil inauguraram novos estilos de pensar o país, sua história, seus dilemas do presente e suas perspectivas.

Referências

- AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro: Edição Annuário do Brasil, 1924. p. 45-60.
- AMALVI, Christian. Le 14-juillet. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. V. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro: Ática, 1979.
- ATAS da Instalação da Propaganda Nativista. 21 abr. 1919.
- BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro*: antecedentes da Semana de Arte Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- CARETA. Rio de Janeiro, n. 631, 24 jul. 1920; n. 649, 27 nov. 1920; n. 656, 15 jan. 1921; n. 663, 5 mar. 1921.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- COSTA, Emilia Viotti da. José Bonifácio: mito e histórias. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DOM Pedro português. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1920.
- ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: Fundação FGV, v. 1, n. 2, 1988.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Memórias da realeza nos dilemas da República brasileira: das primeiras décadas republicanas ao Estado Novo (1889-1943)*. Rio de Janeiro: PPHPBC-CPDOC/FGV, 2010 (projeto de doutorado).
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. A elaboração positivista da memória republicana. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 79-103, out./dez. 1986.
- _____. *O imprevisto da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 5-27, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEÃO, A. Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro: Edição Anuário do Brasil, 1924. p. 19-30.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOTTA, Marly. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.
- NEVES, Lucia M. Bastos P. Estado e política na independência. In: GRINBERG,

- Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*, v. 1 — 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 95-136.
- NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. V. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ORY, Pascal. Le centenaire da la Révolution Française. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. V. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- OS ÁRBITROS de cartola e os de pé. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 737, 5 ago. 1922.
- OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire: 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.
- QUEIROZ, Suely Robles. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RECALDE, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Madrid: Siglo XXI, 1982.
- REGO, Costa. O Centenário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1920.
- REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, n. 516, dez. 1888.
- RIBEIRO, Gladys S. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*, v. 1 — 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 137-174.
- ROMANO, Roberto. *O conservadorismo romântico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TEMPO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, 1986.
- TRILLO, Mauricio Tenorio. Entrevista com..., realizada por Helena Bomeny e Lucia Lippi Oliveira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 539-554, jul./dez. 2009.
- VIANNA, Francisco J. Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro: Edição Anuário do Brasil, 1924. p. 103-118.
- WEHLING, Arno. O Estado colonial na obra de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.